

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

De Miami

Enquanto isso, em Miami, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) segue confiante em uma anistia. Reuniu-se com Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo na cidade norte-americana. Em uma rede social, o 03 postou uma foto do trio, com a mensagem: “Todos unidos pela anistia”.

Desagradou

O setor de criptomoedas está preocupado com as mudanças propostas pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator da MP 1.303, que muda a tributação sobre ativos financeiros. O grande ponto é a perda da isenção para aplicações de até R\$ 35 mil. Para especialistas, essa alteração não leva em conta o mercado exterior e pode penalizar o investidor brasileiro e desestimular a competitividade e inovação no país. Na projeção do setor, essa mudança vai impactar negativamente pequenos investidores, que representam cerca de 90% do total.

Anotado

O vice-presidente da CPMI do INSS, deputado Duarte Jr. (PSB-MA), anotou detalhes do depoimento de Antônio Camilo Antunes, em particular as falas e os horários mencionados pelo empresário. Doutor em direito, o parlamentar está atento a possíveis imputações: organização criminosa, lavagem de dinheiro, monopólio abusivo e formação de cartel. Duarte Jr. presidiu o Procon do Maranhão de 2015 a 2018.

Reconhecimento

Presidente da CPMI da Covid, o senador Omar Aziz (PSD-AM), comemora a reabertura de inquérito a partir do relatório elaborado pelo colegiado em 2021. À coluna, o parlamentar lembrou que os membros da CPI pediram ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, o desarquivamento das investigações assim que ele assumiu o cargo. O encontro rendeu frutos: o ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino vai analisar as conclusões da CPMI, que pediu o indiciamento de 66 pessoas, entre elas o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Congresso dividido beneficia Lula

Ao derrubar de maneira unânime, expressa e solene a PEC da Blindagem, o Senado Federal cumpriu o dever de atuar em defesa do interesse público. A Casa Alta mostrou, ainda, que passa por uma fase de estabilidade com a presidência do senador Davi Alcolumbre. É um momento totalmente distinto do que ocorre na Câmara dos Deputados, onde Hugo Motta lida diariamente com pressões do Centrão e da oposição. Apesar do tom conciliador, o deputado cedeu a esses grupos e avançou com propostas notoriamente impopulares, como demonstraram as manifestações no último fim de semana.

Essa divisão nas duas casas legislativas pode representar uma oportunidade para o governo Lula. A votação do projeto sobre isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil tende a ocorrer em um momento favorável ao Planalto, na medida em que a proposta desperta simpatia popular. Pressionada por setores que defendem blindagem e anistia, Hugo Motta tentará resgatar alguma reputação política à Câmara após uma semana vexatória.

Quanto à oposição, o cenário complicou. Não por acaso, o relator do projeto da Anistia, Paulinho da Força, anunciou que a proposta será apreciada mais à frente. Enquanto o relator tenta obter um acordo com as legendas em torno de uma redução das penas aos golpistas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro.



No grito

Um homem foi até a chapelaria do Congresso Nacional gritar por anistia, mas sumiu antes que a Polícia Legislativa pudesse fazer algo. Um dos seguranças da Câmara dos Deputados chamou o manifestante de “corajoso” por estar berrando — e até ser agressivo — bem na entrada dos parlamentares.

Campo fértil

Gigante do agro, o Brasil sediará a Conferência de Ministros da Agricultura das Américas, de 3 a 5 de novembro, em Brasília. O evento reunirá representantes de 34 países, entre ministros e expoentes do setor, e debaterá temas como inovação, segurança alimentar e sustentabilidade.

Paz na terra

O ministro Carlos Fávaro e o diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Manuel Otero, farão a abertura da reunião de cúpula. Entre outros convidados, está confirmada a presença do cientista Rattan Lal, Prêmio Nobel da Paz e referência em ciências do solo.

Belém-Brasília

Se depender da Câmara dos Deputados, Belém será a capital do Brasil durante a COP30, marcada para 11 a 21 de novembro. Com 304 votos favoráveis e 64 contrários, a casa aprovou ontem projeto de lei, de autoria de Duda Salabert (PDT-MG), que propõe a mudança temporária. A matéria segue para o Senado.

Já aconteceu

De acordo com a proposta, durante o período da COP30, os Poderes da República poderiam se instalar na capital paraense. O relator do projeto de lei, deputado José Priante (MDB-PA), lembrou que há antecedentes. “Não é uma novidade no Brasil, já aconteceu em 1992, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro, numa sinalização nacional e internacional de que todas as atenções do país deveriam estar voltadas para aquele grande evento”, observou.

JUDICIÁRIO

Na saída, exaltação à democracia

Barroso deixa presidência do STF e lembra que Corte defendeu Estado de Direito, inclusive, com “custo pessoal” dos ministros

» LUANA PATRIOLINO

Fotos: Luiz Silveira/SCO/STF

Na última sessão como presidente do Supremo Tribunal Federal, ontem, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que a Corte “cumpru bem” o papel de defender o Estado Democrático de Direito, “apesar do custo pessoal” de seus integrantes. Na próxima segunda-feira, Edson Fachin assumirá o comando do STF, com Alexandre de Moraes de vice.

Barroso disse que há um debate recorrente na sociedade quanto ao “protagonismo” no Supremo. Destacou que a Corte respeita a tripartição dos Poderes, mas que é necessário atuar em temas delicados para a sociedade. “Num mundo polarizado, o Congresso Nacional nem sempre consegue legislar sobre determinadas matérias. Mas os casos chegam ao tribunal e nós precisamos julgá-los”, ressaltou.

Segundo o ministro, há complexidades e problemas no modelo que reserva para o Supremo Tribunal Federal o papel de dar o palavrão final diante da lei. Barroso destacou que, desde a promulgação da Constituição, não houve desaparecidos políticos, ninguém foi torturado ou aposentado compulsoriamente, e todos os meios de comunicação manifestam-se livremente. “Apesar do custo pessoal dos seus ministros e o desgaste de decidir as questões mais divisivas da sociedade brasileira, o Supremo Tribunal Federal cumpriu e bem o seu papel de preservar o Estado de Direito e de promover os direitos fundamentais. Aqui entre nós, mulheres, negros, comunidade LGBT, pessoas com deficiência e populações indígenas tiveram seus direitos protegidos”, frisou.

Ao encerrar o discurso, elogiou Fachin ao salientar que “é motivo de alegria para mim e uma sorte para o país saber que o Tribunal



Ministro frisou que Corte decide o que o Congresso não consegue legislar



Apesar do custo pessoal dos seus ministros e o desgaste de decidir as questões mais divisivas da sociedade brasileira, o Supremo Tribunal Federal cumpriu e bem o seu papel de preservar o Estado de Direito”

Trecho do discurso do ministro Luís Roberto Barroso ao deixar a presidência do STF

estará, agora, nas mãos honradas e sob a mente brilhante do meu querido amigo de quase toda a vida, Luiz Edson Fachin, uma das melhores pessoas que conheci ao longo de toda a minha jornada, que já vai longa”.

O magistrado citou a redução de 3,5 milhões de processos em 2024, além da diminuição de 37% em novos casos — segundo dados coletados pelo relatório *Justiça em Números 2025*. “Julgamos o recorde deste ano de 44,8 milhões de processos, baixados definitivamente”, celebrou.

Resistência

O decano do STF Gilmar Mendes se emocionou ao discursar na última sessão de Barroso como presidente. Lembrou a trajetória do colega à frente do Judiciário e exaltou a



A partir de segunda-feira, Moraes e Fachin são vice e presidente do STF

firmeza dos ministros no julgamento da tentativa de golpe de Estado, depois das eleições de 2022. “O período que ora se encerra ficará registrado nos anais da nossa história institucional como um dos mais complexos da trajetória desta Corte, centenária e, conseqüentemente, da democracia brasileira”, observou.

Foi quando Gilmar se emocionou. “A presidência de vossa excelência entra para a história como a primeira vez em que um chefe de Estado, ao lado de militares de alta patente, é condenado por golpe ou tentativa de golpe de Estado no Brasil. E esse é um fato que merece registro. Trata-se de um evento raríssimo, também em termos mundiais”, disse, para acrescentar: “Como é vossa excelência a conduzir o tribunal em meio a uma ofensiva sem precedentes, com o escopo de desacreditar a Justiça brasileira, de

vergar este Supremo aos interesses de um grupelho político e de submeter a soberania nacional às conveniências ideológicas de outras nações. Situação insólita, que exigiu coragem, equilíbrio e serenidade. Vossa excelência soube responder a essas investidas com firmeza inabalável, mas, também, com elegância, cordialidade e a urbanidade que o caracteriza e sempre pautaram a sua vida pública”.

Gilmar também elogiou Alexandre de Moraes, relator da ação penal da trama golpista, que assume como vice-presidente da Corte na semana que vem. “E aqui os meus encômios ao papel singular, diria eu, sem exagero, acho, quase ou verdadeiramente heroico, desempenhado pelo ministro Alexandre de Moraes”, salientou.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, cumprimentou

» Moraes cobra volta à cadeia de Silveira

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou que a defesa do ex-deputado federal Daniel Silveira esclareça por que ele não retornou à prisão depois da sessão de fisioterapia. Ele cumpre pena na Colônia Agrícola Marco Aurélio Vergas Tavares de Mattos, em Magé (RJ), e recebeu em agosto autorização para o tratamento depois de uma cirurgia no joelho. Como está no regime semiaberto, o ex-deputado deve passar as noites na unidade prisional. Silveira foi condenado a oito anos e nove meses de prisão por ameaçar o Estado Democrático de Direito e incentivar a violência contra integrantes do STF.

Barroso pela gestão, que classificou como diligente e operosa, para viabilizar o julgamento dos processos criminais dos réus dos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Afirmou que o apoio do presidente foi essencial para que a justiça fosse feita, “com segurança e propriedade e com a agilidade que o constituinte preconizou”.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que Barroso enfrentou as diversas crises durante seu período na presidência da Corte. “Mas a coragem, apenas, não bastou. Foi necessário também a lealdade à pátria, lealdade que só os verdadeiros patriotas puderam demonstrar nesse período”, destacou.

Ao final, Barroso foi aplaudido de pé. Ele estava na presidência do STF desde 2023.